

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO EDUCADOR NO ATENDIMENTO AO ALUNO COM BAIXA VISÃO EM SALA DE AULA

Geiciane M. Batista Mota¹
Gustavo de Oliveira Andrade²

RESUMO

A inclusão de alunos com baixa visão é um tema bastante estudado e discutido. Consideráveis avanços foram obtidos até a atualidade, mas o processo em si ainda é um grande desafio. O aluno com baixa visão, possui necessidades especiais que precisam ser atendidas. É importante que ele receba o atendimento específico e se sinta amparado no decorrer de todo o processo educacional. A atuação do educador neste sentido, tem suma importância, e ele precisa desenvolver a compreensão a este respeito, e se preparar para promover um atendimento que contribua de fato com a inclusão. Nesta perspectiva, o objetivo geral deste trabalho é evidenciar a importância da atuação do educador no atendimento ao aluno com baixa visão em sala de aula, por meio do alcance de dois objetivos específicos, que buscam compreender, a baixa visão e o papel do professor diante da inclusão do aluno com esta condição. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, visando encontrar respaldo teórico em estudos e trabalhos já desenvolvidos sobre a temática em questão. O estudo e análise dos resultados encontrados, que trazem a baixa visão, suas características e recursos de acessibilidade na perspectiva da inclusão escolar, evidencia a necessidade de compreender a deficiência e as particularidades de cada condição para estabelecer uma relação entre educador e aluno, favorável a promoção da inclusão. Conclui-se que apesar da complexidade da baixa visão e de a inclusão ser um desafio, a mesma não se qualifica como impossível e pode ser garantida mediante a importante atuação do professor.

Palavras-chave: Baixa Visão; Inclusão de alunos; Inclusão Escolar; Recursos Didáticos; Deficiência Visual; Processo de Inclusão.

¹ Graduanda/o do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, e-mail: geiciane.mota@estudante.ufla.br

² Mestre em Ensino de Ciências pela UNIGRANRIO. Especialista em Informática na Educação pelo IFES e graduado em Computação pela UFJF. Atualmente é professor no IFRJ e orientador de TCC na UFLA. E-mail: gustavo.andrade@ifrj.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A inclusão tem sido um grande desafio para a educação contemporânea. Promover um atendimento educacional de qualidade em igualdade e equidade não é uma tarefa fácil para os educadores que em sua grande maioria não estão preparados para lidar com as diversidades dos educandos, nem tão pouco possuem formação necessária para atender a tantas especificidades.

A inclusão de alunos com deficiência é um tema bastante estudado e discutido, Consideráveis avanços foram obtidos até a atualidade. A sua previsão em lei é um destes avanços. Mas, na prática, ainda existem muitos desafios e dificuldades a serem vencidas, e carecem de um foco mais específico em práticas de atuação que minimizem as dificuldades enfrentadas.

Ao se deparar com a realidade de atender um aluno com deficiência na rede regular de ensino, o educador, em sua grande maioria, não sabe como proceder para contribuir de fato com a minimização dos desafios enfrentados por este aluno em seu processo educativo. Essa dificuldade do professor se dá pela falta de preparação e conhecimento diante da grande diversidade de deficiências. Neste sentido, o professor precisa desenvolver a compreensão sobre a importância de sua atuação, para vencer as barreiras e os obstáculos existentes e contribuir de fato com a inclusão.

Muitos são os desafios enfrentados pelo aluno com baixa visão. Desafios reais que os tem impedido de receber a assistência especial de que necessitam, e que os coloquem em condições de desenvolvimento e sucesso escolar; afastando qualquer possibilidade de desistência e abandono aos estudos e, conseqüentemente, dificuldades profissionais futuras e uma baixa qualidade de vida.

E, ao receber este aluno, o educador precisa estar preparado para promover um atendimento adequado às suas necessidades e especificidades, que o faça se sentir amparado no decorrer de todo o processo educacional. Mas é fato que existe um despreparo dos educadores frente à luta contra os desafios da inclusão e a missão de levar os alunos a superar os obstáculos que dificultam o processo de aprendizagem.

Diante destas perspectivas, este trabalho pretende contribuir com a promoção da educação inclusiva, a partir de pesquisa bibliográfica de estudos relacionados ao tema, com o intuito de proporcionar aos educadores uma melhor compreensão a respeito do mesmo e do atendimento ao aluno com baixa visão. Portanto, o objetivo geral deste trabalho é evidenciar a

importância da atuação do educador no atendimento ao aluno com baixa visão em sala de aula, por meio do alcance de dois objetivos específicos, que buscam compreender a baixa visão e o papel do professor diante da inclusão do aluno com esta condição.

2 METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica é uma importante técnica baseada na análise e investigação de estudos já desenvolvidos sobre um determinado tema, que fornece ao pesquisador conhecimentos teóricos já pesquisados e comprovados, situando-o e possibilitando o desenvolvimento de trabalhos originais e pertinentes, que contribuam para o campo científico da área e tema escolhido.

Segundo Severino (2007, p. 122), a pesquisa bibliográfica se realiza a partir do:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p. 122)

Com a finalidade de contribuir com a inclusão, este trabalho destinou-se a uma classe específica, mas não menos importante, do vasto campo das deficiências: os alunos com baixa visão. Pensando na inclusão efetiva destes alunos em sala de aula; promovendo compreensão a respeito do tema e dos aspectos que o envolvem, este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa.

Desenvolveu-se uma revisão sistemática, partindo da escolha do tema e elaboração do problema; posteriormente deu-se início a busca por referenciais. Foram realizadas buscas pelo Google acadêmico, optando-se por pesquisar páginas em Português, com foco específico na inclusão de alunos com baixa visão.

Para uma melhor filtragem dos resultados, foi usado o recurso de “Pesquisa avançada – onde minhas palavras ocorrem – no título do artigo” com a utilização das palavras-chave: Baixa Visão; Inclusão de alunos; Inclusão Escolar; Recursos Didáticos; Deficiência Visual; Processo de Inclusão de forma associada e processual.

Todas as pesquisas obtiveram 192 resultados. Estes foram analisados individualmente a partir do título e resumo. E diante da dúvida em relação a eliminação ou seleção, com base

somente nestes dois itens, realizou-se a leitura na íntegra. Selecionando os resultados com maior proximidade aos objetivos do presente trabalho e eliminando aqueles que trataram mais superficialmente a baixa visão, mantendo um foco específico em outras direções, como por exemplo uma disciplina ou nível educacional em particular. Desta forma restaram 6 resultados, aos quais foi dedicada uma leitura mais aprofundada, no intuito de identificar a real relevância dos mesmos.

Posteriormente, foram realizados fichamentos destes resultados, possibilitando uma análise mais detalhada e a integração das informações necessárias à compreensão do tema e do problema. Durante a leitura e análise dos resultados, buscou-se desenvolver uma classificação quanto ao grau de abordagem da baixa visão e os aspectos envolvidos. Tal classificação resultou em três grupos, sendo o primeiro dos que abordaram de uma forma mais específica a baixa visão, bem como suas características e recursos de acessibilidade na perspectiva da inclusão escolar: Domingues et al. (2010) e Romagnolli (2008); o segundo os que mantiveram um foco maior nos recursos de apoio: Moura, Pereira e Soares (2017), Pontes e Fernandes (2018); e terceiro os que abordaram a baixa visão na perspectiva da inclusão no sistema educacional: Miranda et al. (2018) e Ferreira (2020).

Abaixo seguem: o quadro 1, que traz a esquematização das buscas a partir do tema e do problema de pesquisa; e o quadro 2 com informações importantes dos artigos selecionados.

Quadro 1 – Esquematização das buscas

Tema						
INCLUSÃO DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO EM SALA DE AULA						
Problema						
A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO EDUCADOR NO ATENDIMENTO AO ALUNO COM BAIXA VISÃO EM SALA DE AULA						
BASE DE DADOS – GOOGLE ACADÊMICO						
DESCRIPTORIOS	INCLUSÃO ESCOLAR - ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	INCLUSÃO DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO	INCLUSÃO ESCOLAR - /BAIXA VISÃO	RECURSOS DIDÁTICOS - BAIXA VISÃO	APOIO PEDAGÓGICO - BAIXA VISÃO	DEFICIÊNCIA VISUAL - PROCESSO DE INCLUSÃO
CRITÉRIOS DE BUSCA	PÁGINAS EM PORTUGUÊS OCORRÊNCIA DAS PALAVRAS EM QUALQUER LUGAR DO ARTIGO (Se até 100 Resultados) OCORRÊNCIA DAS PALAVRAS NO TÍTULO DO ARTIGO					
RESULTADOS APROXIMADOS	20	92	15	5	1	59
CRITÉRIOS	ABORDAGEM SUPERFICIAL DO TEMA – FOCO ESPECÍFICO EM OUTRAS					

DE ELIMINAÇÃO	DIREÇÕES (ex: disciplinas em particular)					
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	MAIOR PROXIMIDADE AOS OBJETIVOS DO PRESENTE TRABALHO					
SELECIONADOS	1	1	1	1	1	1
Foram selecionados 6 de 192 resultados						

Fonte: Google Acadêmico

Quadro 2 – Artigos selecionados

Ano	Autores	Título	Tipo	Periódico
2008	Glória Suely Eastwood Romagnolli; Co-autor: Prof. Dr. Paulo Ricardo Ross.	Inclusão de alunos com baixa visão na rede pública de ensino: orientação para professores	Monografia (Especialização)	Universidade Federal do Paraná-UFPR Programa de Desenvolvimento Educacional PDE.
2010	Celma dos Anjos Domingues; Elizabet Dias de Sá; Silvia Helena Rodrigues de Carvalho; Sônia Maria Chadi de Paula Arruda; Valdirene Stiegler Simão.	A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira.	Livro	Ministério da Educação; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.
2017	Larissa Feitosa Moura; Larissa M. Rebouças Pereira; Maria Cleonice Soares.	Recursos de apoio Pedagógico para aluno com baixa visão: Dificuldades e potencialidades	Artigo	Revista Includere.
2018	Ana Claudia Nunes Pontes; Edicléa Mascarenhas Fernandes.	O uso de recursos didáticos adaptados na escolarização e inclusão de educandos cegos e de baixa visão.	Artigo	Anais do Colóquio Luso-Brasileiro de Educação-COLBEDUCA.
2018	Florinda Ivana Oliveira Miranda; Ronald Cristovão de Souza Mascarenhas; Walber Christiano Lima da Costa; Marciane da Silva Nunes; Victória Caroline do Nascimento Luz.	Desvendando a deficiência visual: Um olhar sobre a inclusão escolar da pessoa com baixa visão.	Artigo	V CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL 17 a 19 de outubro de 2018 – UNIFESSPA/Marabá-PA
2020	Ortelina Maiara Farias Ferreira.	O Processo de Inclusão de Estudantes com Deficiência Visual na Educação Comum	Trabalho de Conclusão de Curso	Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Antônio de Jesus.

Fonte: Google Acadêmico

3 INCLUSÃO NA REDE REGULAR DE ENSINO

A inclusão de pessoas com deficiência na educação, embora ainda enfrente grandes desafios, já obteve muitas conquistas, como a garantia de direitos previstos na legislação federal brasileira. A exemplo da afirmação acima, o artigo 208 da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a efetivação do dever do estado com a educação e garante em seu inciso III o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988); A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei nº 9.394/1996, em seu artigo 62, garante a formação continuada aos docentes; e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) instituída pela Lei Nº 13.146, DE 6 de julho de 2015, aborda especificamente a educação em seu capítulo IV.

Estas leis garantem ao aluno com deficiência, inclusive ao aluno com baixa visão, o direito de ser atendido na rede regular de ensino e de ser incluído na sala de aula em condição de igualdade de oportunidade em relação aos demais colegas. Este atendimento deve ser efetuado por profissionais devidamente capacitados visando promover a inclusão deste aluno, ajudando-o a superar todas as dificuldades e desafios gerados pela sua condição.

Mas, a realidade é bem diferente, pois “o processo de inclusão escolar das pessoas com baixa visão, muito embora já se constitua uma realidade no cenário educacional brasileiro, ainda está longe de representar um exemplo de prática inclusiva bem-sucedida” (MIRANDA et al. 2018, p. 7). A demanda de alunos que necessitam atendimento educacional especializado é muito grande, o que torna o processo de inclusão um longo caminho a ser percorrido.

E infelizmente, as legislações vigentes a respeito da inclusão de deficiências não são capazes de amparar o educador da rede regular de ensino, que na busca pela atuação adequada a promover o atendimento e a inclusão do aluno com deficiência, esbarra em diversos fatores que o deixam sem saber o que fazer ou como agir. A falta de preparação e formação e a falta de apoio dentro da própria instituição escolar são dois destes fatores. Segundo Ferreira (2020):

O sistema brasileiro de ensino precisa melhorar a qualidade no acolhimento dos estudantes com deficiência visual, começando com quem faz a educação acontecer. É essencial que a figura do professor receba melhores condições de trabalho, bem como maiores incentivos para que este profissional se especialize na pluralidade de necessidades educacionais específicas de cada

estudante que as salas de educação comum vêm recebendo (FERREIRA, 2020, p. 17).

Diante da grande diversidade de deficiências com necessidades específicas e da possibilidade de o educador se deparar com uma delas ou mais no decorrer de sua docência, é necessário que ele possua competências e habilidades para atuar de forma satisfatória na promoção da inclusão do aluno. Seja qual for a deficiência, a atuação do educador é muito importante e o papel que ele irá desempenhar terá grande influência no desenvolvimento educacional do aluno.

Nesta perspectiva Romagnilli (2008, p. 10) diz que “Vários desafios são lançados aos professores quando há uma reflexão mais detalhada sobre a educação inclusiva, embora não se concentre nele toda a responsabilidade seu desempenho é primordial neste processo”. Desta forma, o educador precisa estar preparado para receber e atender o aluno de forma específica, considerando todas as suas necessidades, para poder minimizar suas dificuldades e garantir a oferta de uma educação de qualidade. Parte importante desta preparação é a compreensão da baixa visão e de seu papel diante do aluno. Como trata os dois tópicos que seguem.

4 A BAIXA VISÃO

A Portaria Nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008 do Ministério da Saúde considera:

Que uma pessoa possui baixa visão ou visão subnormal, quando o valor de sua acuidade visual corrigida no melhor olho for menor do que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou seu campo visual for menor do que 20º no melhor olho com a melhor correção óptica (categorias 1 e 2 de graus de comprometimento visual do CID 10) (BRASIL, 2008).

A portaria acima trata de termos técnicos que classificam a baixa visão de acordo com o grau da acuidade visual. Mas para compreender realmente do que se trata a baixa visão é necessário aprofundar um pouco mais em relação aos conceitos que a envolvem.

A baixa visão é uma condição complexa, pois envolve diversos fatores relacionados às percepções e formas diferenciadas de visão. Portanto, faz-se necessário trazer como respaldo à compreensão, definições e visões de alguns autores sobre o tema. O Ministério da Educação – MEC (2006, apud Moura, Pereira e Soares 2017, p. 106) expõe que a baixa visão:

É a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade visual

significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes, que interferem ou que limitam o desempenho visual do indivíduo. A perda da função visual pode se dar em nível severo, moderado ou leve, podendo ser influenciada também por fatores ambientais inadequados (BRASIL, 2006, apud MOURA, PEREIRA e SOARES 2017, p. 106).

Tal definição faz-se entender que a visão de uma pessoa pode ser afetada mediante a ocorrência destes fatores. O fato de poder ocorrer de forma isolada ou associada; em diferentes níveis de perda visual e de sofrer influência de fatores ambientais, contribui com a complexidade da baixa visão no âmbito da compreensão. O que leva a necessidade de delinear algumas considerações em relação aos fatores: acuidade visual; campo visual; sensibilidade aos contrastes; e alterações corticais, no intuito de se fazer compreender um pouco melhor o campo da baixa visão.

O fator acuidade visual está relacionado à capacidade de enxergar os detalhes, contornos e formas do que se olha, portanto a baixa acuidade visual significativa é quando a capacidade visual se mantém abaixo do considerado normal. Romagnoli (2008) traz uma explicação mais técnica deste fator, relacionando-o com a parte física ocular:

A acuidade visual refere-se à distância que um determinado objeto pode ser visto, é função da mácula, ponto central da visão. Esta é a região da retina que apresenta os cones, células especializadas pela visão de detalhes e cores. Qualquer lesão na mácula pode comprometer a leitura e escrita, bem como a identificação de cores e a sensibilidade de contrastes (ROMAGNOLLII, 2008, p. 15)

A colocação da autora amplia o entendimento em relação à acuidade visual, por explicar a relação com a capacidade visual para perto ou para longe; a relação com o campo central da visão, e explicar ainda os possíveis comprometimentos visuais acarretados pela baixa acuidade visual.

Nos termos de Domingues et al (2010), podemos expandir um pouco mais este entendimento:

O campo visual corresponde à área total da visão. Quando a perda ocorre no campo visual central, a acuidade visual fica diminuída, e a visão de cores pode ser afetada com possíveis alterações de sensibilidade ao contraste e dificuldade para ler e reconhecer pessoas (DOMINGUES et al, 2010, p. 9).

Portanto, a baixa acuidade visual resulta de problemas na região central do olho, ou seja, a mácula, como explica Romagnolli (2008), na citação acima quando descreve a função desta região e os possíveis comprometimentos de uma lesão na mesma.

O fator campo visual está relacionado com as visões central e periférica. É o que podemos confirmar por meio da mesma fala de Domingues et al (2010, p. 9), transcrita acima, quando dizem que “o campo visual corresponde à área total da visão” e explica que a perda no campo visual central diminui a acuidade visual; afeta a visão de cores; altera a sensibilidade ao contraste; e causa dificuldade para ler e reconhecer pessoas. E avançando mais um pouco, quando relatam que a perda no campo visual periférico pode dificultar o reconhecimento de seres e objetos; dificultar a orientação e mobilidade; e reduzir também a sensibilidade ao contraste. Esta explicação denota semelhanças e diferenças no desempenho visual resultantes das alterações e/ou perdas em ambos os campos.

A sensibilidade aos contrastes diz respeito à percepção da pessoa em relação aos objetos, e pode estar relacionada a baixa acuidade visual e ao comprometimento do campo visual. “Nesse caso, é recomendável o aumento de contraste e o controle da iluminação” (DOMINGUES et al, 2010, p. 9), o que reafirma também a influência de fatores ambientais.

No entanto para melhor compreensão do fator contraste, traz-se como exemplo no caso do aluno com baixa visão, a escrita no caderno, onde se faz necessário o uso de cores contrastantes, para que haja um aumento do contraste e melhor percepção do que está sendo visto. Apenas para embasar esta colocação, apresenta-se aqui uma orientação de Pontes e Fernandes (2018) sobre a utilização dos recursos, que serão abordados mais adiante:

Para auxiliar na escrita, os alunos com baixa visão podem utilizar os seguintes recursos não ópticos: guia para escrita (figura 9), cadernos com pautas espaçadas e ampliadas, canetas de ponta porosa, uso de cores contrastantes (preto e branco, azul e amarelo, preto e amarelo), lápis 2B ou 6B e o uso de caracteres ampliados que aumentam o contraste, auxiliando na melhora da resolução e eficiência visual (PONTES e FERNANDES, 2018, p. 6).

Já as alterações corticais podem ser compreendidas através da abordagem de Romagnolli (2008, p. 22) às causas da visão, ela cita a “Deficiência Visual Cortical: causada por encefalopatias, alterações de sistema nervoso central ou convulsões são relacionadas ao cérebro”, ou seja, a ocorrência de algum problema neurológico que resulta na baixa visão.

Sendo assim, a partir deste desdobramento, é possível compreender um pouco melhores fatores, para então dar continuidade ao trabalho, abordando outros aspectos da baixa visão, como: causas; sinais e sintomas; condutas do aluno; e recursos.

No que diz respeito às causas da baixa visão, de acordo com Romagnolli (2008), a Coriorretinite Macular por Toxoplasmose, Retinopatia da Prematuridade, graus III, IV ou V, Atrofia Óptica, Degenerações Retinianas, Deficiência Visual Cortical, Catarata congênita, Glaucoma congênito; sendo estas desde o nascimento. Os fatores mais frequentes são a gestação precoce, a desnutrição da gestante, o uso de drogas em geral, o álcool e as infecções durante a gravidez (rubéola, sífilis, AIDS, toxoplasmose e citomegalovírus). De acordo ainda com a autora, a baixa visão pode ocorrer:

Por acidentes e patologias adquiridas, como diabetes, descolamento de retina, glaucoma, catarata, degeneração senil e traumas oculares. Resultantes de doenças como sarampo, caxumba, meningite, esclerose múltipla, entre outras e por uso indiscriminado de medicamentos. (ROMAGNOLLI, 2008, p. 23)

A julgar por esta descrição, as causas podem ser diversas, originadas de várias situações e condições. Identificar e conhecer estas causas pode contribuir com o planejamento do atendimento adequado às especificidades e necessidades do aluno com baixa visão, visto que cada caso demanda uma abordagem e atendimento diferenciado. É importante ressaltar que a baixa visão só pode ser diagnosticada mediante a análise dos aspectos e fatores que a envolve e, a partir de exames específicos realizados por um profissional especializado, o oftalmologista. Mas, para que isso ocorra, é necessário que a pessoa que apresenta sinais e sintomas procure atendimento ou seja levada para avaliação. Como ressalta Romagnolli (2008) e apresenta tonturas, náuseas e dor de cabeça; sensibilidade excessiva à luz (fotofobia); visão dupla e embaçada; e dor nos olhos como sintomas; e as diferentes condutas, que podem ser apresentadas por quem tem baixa visão, como:

Levantar da carteira para enxergar no quadro; dificuldade para discriminar e parear cores; inclinar cabeça para um dos lados durante a leitura; apertar e esfregar os olhos; irritação nos olhos após esforço visual; olhos avermelhados e/ou lacrimejantes; pálpebras com as bordas avermelhadas ou inchadas; purgações e terçóis; estrabismo; nistagmo (tremor dos olhos); crosta presente na área de implante dos cílios; franzimento da testa, ou piscar contínuo, para fixar perto ou longe; dificuldade para seguimento de objeto; cautela excessiva ao andar; tropeço nos obstáculos que estão ao seu redor e queda frequentes; desatenção em classe e falta de interesse; inquietação e irritabilidade; dificuldade para leitura e escrita; dificuldade na utilização da

pauta; aproximação excessiva do objeto que está sendo visto; postura inadequada; fadiga ao esforço visual (ROMAGNOLLI, 2008, p. 23 e 24).

É importante compreender ainda que a baixa visão só se classifica como deficiência diante do fato de não possuir correção ou solução, ou seja, “trata-se de um comprometimento do funcionamento visual, em ambos os olhos, que não pode ser sanado, por exemplo, com o uso de óculos convencionais, lentes de contato ou cirurgias oftalmológicas” (DOMINGUES et al 2010, p. 8).

No entanto, existe a possibilidade de conseguir uma melhora na qualidade da visão através da utilização de recursos de acessibilidade que minimizem as dificuldades de alunos com baixa visão, viabilizando a inclusão. Estes recursos podem ser ópticos, que segundo Domingues et al (2010):

São lentes ou recursos que possibilitam a ampliação de imagem e a visualização de objetos, favorecendo o uso da visão residual para longe e para perto. Exemplos de auxílios ópticos são lupas de mão e de apoio, óculos bifocais ou monoculares e telescópios, dentre outros, que não devem ser confundidos com óculos comuns. A prescrição desses recursos é da competência do oftalmologista, que define quais são os mais adequados à condição visual do aluno (DOMINGUES, 2010, p. 11).

Os recursos também podem ser não ópticos, que são modificações em relação a iluminação, contraste e ampliação. Segundo Romagnolli (2008):

Os recursos não ópticos são aqueles que melhoram a função visual sem o auxílio de lente. Estes recursos são utilizados como complementos dos auxílios ópticos ou, em alguns casos podem substituí-los. Funcionam facilitando a visão por meio de: 1- Modificações ambientais, melhorando a função visual através do controle da iluminação, da transmissão e da reflexão da luz e do aumento do contraste. 2- Ampliação da imagem através do uso de impressos ampliados, de sistemas de vídeo magnificação e dos computadores. 3- Utilização de acessórios para melhorar o conforto físico e o desempenho das tarefas do dia a dia (ROMAGNOLLI, 2008, p. 41)

Considerando as informações reunidas acima, que denotam a complexidade da baixa visão, “sendo que existem diversos níveis de comprometimentos visuais que difere de pessoa para pessoa, neste contexto também existe um déficit sensorial de grau que afeta a execução de tarefas simples do cotidiano (MOURA, PEREIRA E SOARES 2017, p. 107)”. Evidencia que o processo de inclusão do aluno com baixa visão em sala de aula é um enorme desafio para o professor. Mas, a viabilidade deste processo se dá mediante a compreensão do docente

em relação à importância da sua atuação e em relação a como se dá todo o processo. Minetto (2008, p.36 apud Miranda et al, 2018, p. 9) assegura que “o professor é o eixo principal. Ele tem em suas mãos a possibilidade de ações, ele não pode tudo, mas pode muito”. Pensando nesta condição do professor como eixo, e visando contribuir com sua ação na inclusão de alunos com baixa visão, que este trabalho busca discutir o procedimento do educador diante dos principais desafios e dificuldades do aluno em sala de aula.

5 O PROFESSOR DIANTE DO ALUNO COM BAIXA VISÃO

O aluno com baixa visão possui dificuldades e necessidades que podem variar de acordo com o nível de sua condição. Ele “apresenta particularidades visuais relacionadas à funcionalidade visual que se ignoradas, acarretará prejuízos significativos no seu desempenho escolar” (MIRANDA et al, 2018, p. 8). A adaptação e inclusão do aluno minimizam suas dificuldades, mas tais processos, dependem do correto atendimento de suas necessidades específicas. A assistência adequada a sua condição no decorrer do processo educativo, impedirá o comprometimento de sua aprendizagem, evitando problemas como fracasso escolar, abandono escolar e conseqüentemente danos à vida futura de forma geral. Segundo Ferreira (2020) para prestar esta assistência e mediar a inclusão, o professor precisa conhecer a realidade do aluno e compreender as diferenças.

Em se tratando de uma criança com baixa visão, os sinais e sintomas em sua grande maioria são percebidos pelos pais ou responsáveis. Mas, existem situações em que a percepção se dá por cuidadores e educadores dentro do ambiente escolar, como confirma Domingues et al. (2010, p 9) ao dizer que “algumas manifestações e comportamentos na sala de aula e em outros espaços de convívio dos alunos no ambiente escolar costumam chamar atenção dos professores em relação à locomoção, ao olhar e a outros aspectos observados informalmente”.

Neste sentido, o professor tem um papel importante mediante a percepção desses sinais e sintomas; o de mediar o encaminhamento do aluno a um exame clínico apurado. Assim como descreve Romagnolli (2008), que o professor, ao observar no comportamento do aluno sinais que possam indicar dificuldades visuais, deve orientar os pais no encaminhamento destes alunos para o oftalmologista. É nesta etapa que serão identificadas as alterações visuais do aluno, bem como a(s) patologia(s) e condição do comprometimento visual; podendo posteriormente haver a prescrição de recursos ópticos adequados.

A partir do exame e diagnóstico do profissional da saúde abre-se a possibilidade à compreensão mais aprofundada sobre a condição e as particularidades existentes, bem como as dificuldades e necessidades do aluno com baixa visão. Tendo uma clara percepção sobre a condição do aluno, o professor poderá acolhê-lo e dar início à inclusão de fato, pois, desta forma, a qualidade do processo educativo poderá ser garantida com a utilização de recursos ópticos e não ópticos, adequações e adaptações realizadas de acordo com as especificidades de cada aluno e suas dificuldades.

Segundo Romagnolli (2008), a partir do conhecimento das patologias, o professor pode orientar o uso dos recursos ópticos, e fazer adequações pedagógicas com o uso de recursos não ópticos e adaptações relacionadas ao ambiente, mobiliário, iluminação, contrastes, entre outras possibilidades de acordo com cada caso. Nesta perspectiva Moura, Pereira e Soares (2017) ressaltam a relevância dos recursos como fator de intermédio que propicia mais agilidade, melhor adequação as atividades diárias assim como maior bem-estar.

Para a aplicação de tais recursos e medidas de adequação, deve-se considerar o próprio aluno, sua condição em relação ao comprometimento visual e suas preferências, principalmente em relação às modificações de materiais didáticos e espaços físicos, para obtenção de resultados positivos ao processo educacional. Pois, segundo Ferreira (2020), o atendimento deve ser ofertado conforme a condição e necessidade do aluno com baixa visão para possibilitar a garantia do desenvolvimento das potencialidades, o aprimoramento do aprendizado e o desenvolvimento pessoal. Ao proceder desta forma o professor contribui com a efetivação de grandes melhorias na vida do aluno.

Ainda em relação à forma adequada de aplicação dos recursos, deve se fragmentar os mesmos. A utilização de recursos ópticos deve seguir as recomendações de um especialista, pois segundo Domingues et al. (2010, p. 11) “a prescrição desses recursos é da competência do oftalmologista, que define quais são os mais adequados à condição visual do aluno”. Portanto, deve-se haver um cuidado, seguindo expressamente o que foi prescrito, a fim de evitar o uso indevido e a possibilidade de acarretar mais danos e prejuízos; cabendo ao professor apenas a mediação, que é fundamental na introdução e frequência de utilização dos recursos.

É importante que o professor se disponha a conhecer e auxiliar na aceitação e adaptação do aluno ao uso, e também promova a compreensão dos demais alunos, pois segundo Romagnolli (2008, p. 40), “Mesmo sabendo das vantagens de utilizar as lupas, telescópios e óculos especiais, as crianças e jovens com baixa visão se sentem constrangidos

em utilizá-los quando estão em ambiente escolar, temendo a reação dos colegas”. Dessa forma, “é importante que o professor conheça os auxílios ópticos de seu aluno e o incentive a usá-los, bem como esclareça a sua utilidade para todos os alunos da sala de aula. (ROMAGNOLLI, 2008, p. 40), explicando que “O aluno poderá usar esse tipo de auxílio para ver o que está escrito na lousa, identificar uma placa na porta ou na parede e aprender a observar o objeto a ser visualizado” (DOMINGUES et al 2010, p. 8). Assim produzirá o entendimento geral e uma melhor socialização do aluno em sala com uma maior interação em relação a turma e ao ambiente.

Procedendo desta forma, o professor orientando o uso adequado e correto dos recursos, tem muito a contribuir, conforme diz Moura, Pereira e Soares (2017):

Tais recursos propiciam uma leitura mais proveitosa e veloz, assim como facilita a aquisição da escrita mais eficiente e produtiva, proporciona a observação de imagens, tal como uma melhor postura da cabeça e da coluna vertebral na realização de estudos e atividades, permitindo um maior conforto visual ao deficiente (MOURA, PEREIRA E SOARES 2017, p. 110).

Segundo os mesmos autores, estes recursos dão suporte ao educando nas suas tarefas, conduzindo-os para uma melhor utilização dos resíduos visuais. Pode-se então dizer que estes recursos são fundamentais.

Segundo Domingues et al. (2010):

Os auxílios não ópticos referem-se às mudanças relacionadas ao ambiente, ao mobiliário, à iluminação e aos recursos para leitura e para escrita, como contrastes e ampliações, usados de modo complementar ou não aos auxílios ópticos, com a finalidade de melhorar o funcionamento visual (DOMINGUES et al 2010, p. 12).

As mudanças relacionadas ao ambiente requerem uma mobilização da escola no sentido de promover a inclusão do aluno com baixa visão, pois demanda uma avaliação em relação as necessidades do aluno, pensando em promover o bem estar do mesmo, visto que o “uso de cores diferenciadas e contrastantes nas paredes, portas, rodapés, corrimãos, bem como o uso de faixas de sinalização” (PONTES E FERNANDES, 2018, p. 5), irá facilitar a vida do aluno no sentido de lhe dar liberdade e autonomia. Em se tratando do mobiliário, as adaptações devem ocorrer no sentido facilitar ao aluno a visualização através da aproximação do material de leitura e escrita.

Segundo Pontes e Fernandes (2018, p. 6), “Com relação à iluminação, varia de intensidade dependendo do quadro ocular. Algumas pessoas podem apresentar menor sensibilidade aos contrastes e necessitar de maior intensidade luminosa”. Entre os que enxergam melhor em um ambiente mais iluminado e os que possuem uma alta sensibilidade à luminosidade, é preciso realizar adaptações condizentes. Tais adaptações devem seguir explicitamente essas preferências, que podem ser em relação a utilização da luz natural ou artificial; lugar a ser ocupado dentro da sala; utilização de acessórios (PONTES e FERNANDES, 2018).

A utilização de cores invertidas minimiza as dificuldades em relação ao contraste, pois proporcionam ao aluno uma visualização mais clara da escrita e dos objetos. Exemplos destas inversões são trazidos por Domingues et al. (2010), quando sugere e recomenda o uso de cadernos com as folhas de cor clara com linhas escuras com contraste e a caneta preta ou azul escura de ponta porosa; giz branco ou o amarelo na lousa escura; sinalização de objetos de uso comum e pessoal com tintas em relevo coloridas; cadernos com pautas pretas ou contrastantes com a folha de papel; letras e números emborrachados de diferentes tamanhos e cores com contraste em amarelo e preto, por exemplo.

A ampliação é um recurso que facilita bastante para o aluno poder ter acesso aos materiais utilizados. Domingues et al. (2010), também trazem sugestões e recomendações a respeito dela. As autoras esclarecem “que a ampliação de um texto não é suficiente para assegurar um desempenho visual eficiente. É necessário considerar o tipo de letra, o espaçamento entre as letras e as linhas, o tamanho das margens, o tipo de papel, a cor e o brilho” (DOMINGUES et al. 2010, p.13).

O professor e o aluno com baixa visão durante o processo educativo podem contar também com a tecnologia. Atualmente, existem diversas possibilidades nesse sentido. Há uma infinidade de aplicativos e recursos que ganharam maior facilidade de acesso através dos Smartphones. Para Moura, Pereira e Soares (2017):

Estes recursos tem o propósito de ampliar as inúmeras possibilidades e que através da interação entre educador e educando construir juntos novos meios de apoio pedagógico, onde o docente irar buscar mais informações e aperfeiçoamento sobre as inovações tecnológicas, para poder ser utilizada com o seu aluno, afim de atender as necessidades que a pessoa com baixa visão ou visão subnormal apresenta. (MOURA, PEREIRA E SOARES 2017, p. 111).

Diante dos inúmeros benefícios que os recursos ópticos, não ópticos e tecnologias podem proporcionar ao processo de inclusão do aluno com baixa visão, fica claro que o professor tem a responsabilidade promover a mediação entre o aluno e a aplicação. Fica evidente que a adequação em relação ao uso destes recursos depende exclusivamente da preferência, especificidades e necessidade de cada aluno em condição de baixa visão, ou seja, “viabilizando atender as singularidades e as especificidades de cada sujeito, é necessário analisar qual recurso melhor que se enquadra em suprir as suas necessidades de cada deficiente” (MOURA, PEREIRA E SOARES 2017, p. 111).

Desta forma, cabe lembrar que as informações reunidas acima não tem a pretensão de apresentar um manual ao professor, mas sim de promover a compreensão em relação à baixa visão e o papel do professor diante da inclusão do aluno com baixa visão em meio a complexidade gerada a partir dos diversos níveis de comprometimento, que coloca cada aluno em uma condição diferente sendo necessária uma atuação reflexo em relação a especificidade de cada caso. O que evidencia a importância da atuação do educador no atendimento ao aluno com baixa visão em sala de aula.

Tais informações possibilitam a compreensão de que, ao acolher o aluno no intuito de contribuir com a inclusão do mesmo, o professor deve repensar sua atuação dando a ela a devida importância neste processo e diante do aluno com baixa visão. É preciso que ele conheça o aluno compreendendo suas particularidades e especificidades decorrentes da condição de baixa visão; se dedique a mediar e planejar o atendimento e permaneça a disposição do aluno no decorrer de todo processo educativo e de sua permanência em sala de aula.

A compreensão em relação a baixa visão e seu importante papel diante do aluno com baixa visão, é indispensável ao educador. Foi o que a pesquisa aqui realizada buscou promover, bem como também, compreender os diversos aspectos que dizem respeito a todo o contexto da inclusão, relacionados aos desafios que ainda necessitam ser vencidos por meio da análise de resultados descrita no tópico que segue.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao analisar os resultados foi possível perceber que os autores abordados trazem a baixa visão na perspectiva da inclusão em diferentes graus de abordagem. Sendo de forma

total específica ou parcial com foco em um determinado ponto, ambos trazem muitas contribuições em relação ao tema da inclusão de alunos com baixa visão.

Domingues et al. (2010) abordam de uma forma bem específica a baixa visão, bem como suas características e recursos de acessibilidade na perspectiva da inclusão escolar. Por meio de conceitos referentes à temática proporciona a compreensão em relação a condição e desafios enfrentados no processo de inclusão de alunos com baixa visão. Desta forma contribuem significativamente orientando os profissionais da escola regular.

Nesta mesma linha, Romagnolli (2008), de forma completa e detalhada, traz orientação para professores em relação a inclusão de alunos com baixa visão na rede pública de ensino. Descreve minuciosamente a baixa visão por aspectos como pressupostos legais, conceitos, causas, identificação, alterações, patologias, recursos, adequações curriculares em sala de aula, até o processo de avaliação. Configurando-se em um importante material a ser estudado e até mesmo consultado, caso o objetivo seja aperfeiçoar o conhecimento sobre a deficiência visual e todos os aspectos que ela contempla.

Pontes e Fernandes (2018) e Moura, Pereira e Soares (2017) seguem na linha dos recursos, em que Pontes e Fernandes (2018) discutem o uso de recursos didáticos adaptados, escolarização e inclusão de educandos cegos e com baixa visão nas escolas regulares de ensino. Apontando os mesmos, descrevendo os tipos, conceitos, utilidade, necessidades e benefícios de uso, enquanto Moura, Pereira e Soares (2017) discutem, com o respaldo teórico de autores sobre o tema e através de entrevista com uma discente com baixa visão, causas e especificidades, bem como os recursos pedagógicos utilizados a partir da compreensão das principais dificuldades do aluno com baixa visão e como este pode receber apoio do professor através dos recursos pedagógicos, no intuito de aperfeiçoar o seu sucesso escolar. Vale ressaltar aqui que a entrevista com a discente baixa visão acrescenta muito no sentido de compreender o aluno e suas necessidades, fator importante na atuação do professor.

Miranda et al. (2018) abordam a inclusão da pessoa com baixa visão no contexto escolar, por meio da apresentação de definições da condição; exposição das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com baixa visão para terem acesso ao sistema educacional brasileiro; e exposição sobre o papel do professor dentro de uma proposta de inclusão; ressaltando a importância da atuação desse profissional na educação da pessoa com baixa visão. O que reafirma a grande responsabilidade que o professor da rede regular de ensino tem diante do recorrente quadro de dificuldades e desafios relacionados à inclusão dos alunos com deficiência, sendo necessário a ele não somente educar, mas acolher, conhecer, compreender,

e se desdobrar para contribuir com a efetivação da inclusão dos alunos em sua grande diversidade em relação à possibilidade de deficiência, inclusive o aluno com baixa visão.

Ferreira (2020) versa sobre o processo de inclusão de estudantes com deficiência visual na educação comum, bem como o papel da escola, do professor em relação às dificuldades e problemas enfrentados; como devem proceder diante do aluno com deficiência visual. Aborda também recursos pedagógicos e tecnológicos para o atendimento aos alunos. A partir de seu trabalho a autora promove a compreensão de que o processo de inclusão, por sua vez, para ser colocado em prática, carece urgentemente do reconhecimento dos desafios do processo de ensino aprendizagem do estudante com baixa visão, o que ressalta a importância da abordagem do tema de forma frequente em especial durante a formação dos docentes, despertando um interesse para a especialização.

Seguindo com o estudo e análise dos resultados, foi possível evidenciar as principais colocações dos autores a respeito do tema. Apresentam-se as mesmas aqui para um enriquecimento do trabalho e promoção do alcance dos objetivos propostos.

Domingues et al. (2010, p. 7) dizem que a intenção na elaboração do fascículo é:

De colaborar com professores do ensino regular e de AEE e com outros interessados em conhecer, descobrir e promover o pleno desenvolvimento das potencialidades de pessoas com deficiência visual no contexto educacional. (DOMINGUES ET AL., 2010, p. 7)

Ele enfatiza a necessidade do apoio do professor de Atendimento Educacional Especializado ao professor que atua na rede regular, mas infelizmente esta não é uma realidade tão fácil de ser alcançada em nosso país. A grande maioria não pode contar com isso por diversos impedimentos. É claro que este seria o ideal, mas diante da impossibilidade recorrente, ao professor da rede regular resta a responsabilidade de se conscientizar, em relação à necessidade de incluir seu aluno, pois abster-se desta tarefa não condiz com a missão de atuar em prol de uma educação inclusiva para todos. Cabe a ele e a escola o acolhimento e acompanhamento ao aluno no decorrer de sua estadia na instituição, proporcionando ao mesmo os subsídios para um desenvolvimento educacional e pessoal satisfatórios.

Por meio da perspectiva de Romagnolli (2008) pode-se dizer que para contribuir com a inclusão do aluno com baixa visão o professor do ensino regular precisa conhecer o aluno e sua deficiência, compreendendo suas especificidades em relação a como ele enxerga, quais as

suas particularidades, suas preferências, os auxílios entre ópticos e não ópticos que ele necessita, para então planejar o atendimento no que diz respeito ao dia a dia do aluno bem como as adequações de acordo com suas necessidades. Neste sentido, a formação continuada é de extrema importância e o professor deve requerer seus direitos. Uma luta que depende em grande parte do interesse e compromisso do professor em relação à parcela de contribuição que deseja dar para a construção de uma educação de qualidade.

Pontes e Fernandes (2018) também compartilham desta mesma ideia. Para elas, frente às características e necessidades específicas do aluno, o professor precisa conhecer as particularidades do mesmo, para poderem se apropriar dos recursos não ópticos, tecnológicos e das técnicas de adaptação e transcrição de materiais, a fim de construir práticas pedagógicas significativas e inclusivas. Esta é uma tarefa que demanda a conscientização do professor segundo Moura, Pereira e Soares (2017), que consideram que apesar dos avanços consideráveis, a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular ainda é um grande desafio, seja pela falta de preparação, capacitação, formação continuada ou pela grande demanda de alunos que necessitam de atendimento, o que torna fundamental a busca dos professores por alternativas inovadoras e eficazes para que os alunos possam se desenvolver de forma plena fazendo com que a segregação seja algo do passado. O que denota que, além da conscientização e luta por direitos já mencionados, é extremamente necessário o empenho constante do professor em relação ao aperfeiçoamento de sua atuação para dar fim a segregação.

Esta por sua vez ainda é constante em grande maioria da nossa sociedade e é possível atribuí-la ao que Miranda et al. (2018) dizem a respeito da inclusão de pessoas com baixa visão. Para eles este processo é: complexo e recheado de peculiaridades, o que impõe muitas exigências ao professor. Segundo os autores, não a classe em geral, mas a grande maioria, por falta de compreensão e por possuírem visões simplistas, radicais, ou ainda, preconceituosas e discriminatórias, perfil comum também à sociedade em grande parte.

Ferreira (2020) atribui estes fatos de falta de formação e preparação dos professores e grande demanda de alunos a serem atendidos, à existência ainda de uma grande lacuna em todo o processo de inclusão do aluno com baixa visão na rede regular de ensino. Para a autora, o professor diante da inclusão do aluno com baixa visão precisa de muito empenho em sua atuação. Ele precisa conhecer, compreender, acolher, buscar o que for preciso, como o apoio constante para estar preparado, e incluir verdadeiramente o aluno, ajudando-o a vencer todas

as dificuldades e desafios, promovendo assim um processo educativo efetivo e a garantia do sucesso escolar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da pesquisa, por meio da análise das diferentes abordagens dos autores que embasam este trabalho conclui-se que consideráveis conquistas ocorreram na perspectiva da inclusão, mas ela ainda é um grande desafio para o educador. Promover um atendimento educacional de qualidade em igualdade e equidade não é uma tarefa fácil diante da falta de preparação frente às diversidades dos educandos e possibilidades de deficiências. Desta forma, o educador em sua grande maioria não sabe como atuar no intuito de contribuir com a inclusão de fato.

Nesta mesma perspectiva da grande demanda promovida pela inclusão em relação à diversidade de deficiências com necessidades específicas e a possibilidade de o educador se deparar com uma delas ou mais no decorrer de sua docência, faz-se necessário que ele possua competências e habilidades para atuar de forma satisfatória na promoção da inclusão do aluno. Evitando assim abster-se do seu importante compromisso com a educação.

Seja qual for a deficiência, a atuação do educador é muito importante e o papel que ele irá desempenhar terá grande influência no desenvolvimento educacional do aluno. No que diz respeito à baixa visão, ficou claro a sua complexidade em relação aos diversos fatores relacionados às percepções e formas diferenciadas de visão, causas, especificidades, identificação e tratamento. O que exige uma entrega do professor, um olhar atento e uma dedicação no sentido de compreender a importância de sua atuação na relação com o aluno e no decorrer de todo o processo de inclusão.

As etapas que antecedem ao início da inclusão de fato, como a identificação de sinais e sintomas; o encaminhamento ao profissional; e o diagnóstico e prescrição de recursos ópticos pelo mesmo, são fundamentais para a importante atuação do professor. Ele precisa estar preparado e deve inicialmente ter um mínimo conhecimento a respeito das especificidades de seu aluno e da sua deficiência, para compreender os aspectos que a envolvem. Esta preparação e percepção o tornam capaz de identificar as particularidades da situação, a fim de atuar da forma necessária.

Em sala de aula durante o processo educativo o aluno com baixa visão necessita do apoio do professor na aplicação de recursos e medidas de adequação que minimizem suas

dificuldades. Faz-se necessário que professor conheça as particularidades dos educandos e se aproprie dos recursos não ópticos, tecnológicos e das técnicas de adaptação a fim de construir práticas pedagógicas significativas e inclusivas.

Sendo assim, o professor tem sim um importante papel na inclusão de alunos com baixa visão. Sua responsabilidade em atender este aluno, proporcionando-lhe segurança em seu desenvolvimento educacional tem enorme contribuição com o sucesso escolar; afastando a possibilidade de desistência e abandono aos estudos, garantindo uma educação de qualidade.

Na visão deste trabalho não é necessário que o professor seja um especialista. Basta que ele compreenda a importância de sua atuação e tenha empatia e sensibilidade de acolher o aluno. O conhecimento construído a partir deste acolhimento e vivências propiciará uma boa parcela à condução do processo educativo de maneira surpreendente. No entanto, algumas lacunas persistem e carecem ainda de muitos estudos e discussões no sentido de conscientizar e preparar o educador; e garantir os direitos do aluno com baixa visão.

“Link para vídeo de apresentação disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=aa6xrU76NX4>>”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3128/2008. Portaria nº 3.128, Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual. Brasília. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3128_24_12_2008.html Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm > Acesso em: 15 mar. 2020.

DOMINGUES, C. A. et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira.** Brasília: Ministério da Educação; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 3. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7105>fasciculo-3-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 15 mai. 2020.

FERREIRA, O. M. F. **O Processo de Inclusão de Estudantes com Deficiência Visual na Educação Comum.** 19 f. 2020. Trabalho de Conclusão do Curso em Inclusão e Diversidade na Educação – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2020. Disponível em: http://200.128.85.17/bitstream/123456789/2230/1/TCE_ORTELINA%20FERREIRA.pdf Acesso em: 24 abr. 2021.

MIRANDA, F. I. O. et al. **Desvendando a deficiência visual: um olhar sobre a inclusão escolar da pessoa com baixa visão.** V Congresso Paraense de Educação Especial 17 a 19 de outubro de 2018 – UNIFESSPA/Marabá-PA ISSN 2526-3579. Disponível em: https://cpee.unifesspa.edu.br/images/ANAIS_VCPEE/COMUNICACAO_ORAL/DESVENDANDO_A_DEFICIENCIA_VISUAL.pdf Acesso em: 28 mar. 2021.

MOURA, L. F.; PEREIRA, L. M. R.; SOARES, M. C. **Recursos de apoio pedagógico para aluno com baixa visão: dificuldades e potencialidades.** Revista Includere, v. 3, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/7401> Acesso em: 28 mar. 2021.

PONTES, A. C. N.; FERNANDES, E. M. **O uso de recursos didáticos adaptados na escolarização e inclusão de educandos cegos e de baixa visão.** Anais do Colóquio Luso-Brasileiro de Educação-COLBEDUCA, v. 3, 2018. Disponível em: < <https://revistas.udesc.br/index.php/colbeduca/article/view/11486>> Acesso em: 28 mar. 2021.

ROMAGNOLLI, GLÓRIA SE; ROSS, PAULO R. **Inclusão de alunos com baixa visão na rede pública de ensino: orientação para professores.** Monografia (Especialização) Universidade Federal do Paraná–UFPR Programa de Desenvolvimento Educacional PDE. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.diadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1109-2.pdf> Acesso em: 15 mar. 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** Cortez editora, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=uBUpDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT16&dq=Metodologia+do+trabalho+cient%C3%ADfico.&ots=aIp4fp2UX0&sig=h467FUvbW2laY709cfuTyNMfegk#v=onepage&q=Metodologia%20do%20trabalho%20cient%C3%ADfico.&f=false> Acesso em: 15 mar. 2020.